



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

LEI N 1.016 DE 29 DE JULHO DE 2022

DISPÕE SOBRE A DESTINAAO E O RECEBIMENTO DE PATROCÍNIO PELO PODER PÚBLICO A EVENTOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE GUATAPAR, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JURACY COSTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DO PATROCÍNIO**

Art. 1 O patrocínio a eventos de interesse público do Município, como festivais, congressos, feiras, seminários, programas, campeonatos e eventos, todos de cunho cultural que geram desenvolvimento socioeconmico, será regulado por esta Lei.

Art. 2 Para fins do disposto nesta Lei considera-se patrocínio toda a transferência gratuita, em caráter definitivo, ao requerente, de recurso para a realização de evento.

1 São formas de patrocínio:

- I** - o repasse financeiro de valores;
- II** - a concessão de uso de bens móveis e imóveis;
- III** - a contratação de prestação de serviço para o evento;
- IV** - a aquisição e distribuição temporárias de bens móveis para o evento; e
- V** - a destinação de recursos ou aquisição de bens e serviços previstos na legislação municipal.

 2 O Poder Executivo poderá atuar como patrocinador em eventos de interesse público que estejam incluídos no calendário do Município realizados por terceiros, ou como beneficiário, quando houver interesse de particulares em alocar recursos na realização de eventos públicos.

 3 Não serão objeto de patrocínio concedido pelo Poder Público Municipal, os seguintes eventos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

- fins lucrativos;
- I** - de interesse exclusivo de pessoas físicas e jurídicas de direito privado com
- II** - organizados por servidores públicos municipais ou respectivas associaes;
- III** - relacionados a entidades político-partidárias ou religiosas;
- IV** - que agridem o meio ambiente, a saúde e violem as normas de posturas do Mnicpio;
- V** - iniciativas de pessoas jurídicas que explorem atividade empresarial ligada à organização ou realização de eventos, promoções, atividades publicitárias, editoriais ou similares, cuja finalidade seja a obtenção de lucro;
- VI** - eventos organizados por pessoas jurídicas de direito privado cujo titular administrador, gerente, acionista, sócio ou associado seja servidor público ou agente político municipal, incluindo-se Vereadores, seus cônjuges ou parentes consanguíneos ou por afinidade, até o 2o (segundo) grau.

CAPÍTULO II
DA HABILITAÇÃO DAS ENTIDADES PRIVADAS AO PATROCÍNIO
CONCEDIDO PELO MNICPIO

Art. 3 As entidades interessadas em obter patrocínio do Mnicpio deverão comprovar a sua regularidade jurídica e fiscal, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- I** - Certidão do registro e arquivamento dos atos constitutivos da entidade no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial do Estado;
- II** - ata ou outro documento formal de designação da diretoria em exercício;
- III** - apresentação do estatuto, regulamento ou compromisso da entidade, devidamente registrados em cartório;
- IV** - cópia autenticada do Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do representante legal da entidade, responsável pela assinatura do contrato de patrocínio;
- V** - Alvará de Funcionamento da entidade;
- VI** - no caso de entidade pública ou de interesse público, comprovação de qualificação, através de certidão ou declaração de que, na área de sua atuação, é reconhecida por órgão ou entidade federal ou estadual, nos termos da legislação pertinente;
- VII** - prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, mediante a apresentação das respectivas certidões;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

- Social;
- VIII - Certidão negativa de débito junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social;
 - IX - Certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
 - X - cópia do cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
 - XI - outros, que a Administração Pública entender necessários em razão dos objetivos do evento.

Parágrafo nico. A entidade patrocinadora deverá manter durante toda a execução do convênio, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para celebração do ajuste.

Art. 5 São serão admitidos os pedidos de patrocínio apresentados pelas pessoas jurídicas que detenham, isolada ou conjuntamente, a responsabilidade legal pela iniciativa do evento.

Art. 6 Nos eventos patrocinados pelo Município, o Poder Público fará a divulgação dos atos, programas, obras, serviços e campanhas que entender pertinente, observadas as disposições do art. 37, é 1o, da Constituição Federal.

Art. 7 Em sendo aprovada a solicitação de patrocínio pelo Poder Executivo, a entidade beneficiária será convocada a assinar o respectivo Termo de Convênio.

Art. 9. O Poder Executivo designará servidor público para atuar como fiscal na aplicação dos recursos concedidos a título de patrocínio.

CAPÍTULO III DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PATROCÍNIOS PÚBLICOS

Art. 10. O patrocinado que receber recursos financeiros, a título de patrocínio, do Município para realização de evento está obrigado a prestar contas junto à Secretaria Municipal de Cultura, do valor recebido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis:

I - do prazo final para a aplicação de cada parcela, quando o objeto do convênio for executado em etapas, hipótese em que a prestação de contas de etapa anterior  condição necessária para a liberação da etapa seguinte, conforme período e condições determinados no Termo de Convênio;

II - do prazo final para conclusão do objeto, quando o convênio for executado em uma única etapa; III - da formalização da extinção do convênio, se esta ocorrer antes do prazo



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

previsto no termo; IV - da aplicao da ótima parcela, quando deverá comprovar a conclusão do objeto.

Art. 11. A prestao de contas formar processo administrativo próprio e conter os seguintes documentos:

- I - ofício ou carta de encaminhamento, dirigido à autoridade máxima do órgão ou entidade municipal, onde constem os dados identificadores do convênio;
- II - cópia do Termo de Convênio e respectivas alteraes;
- III - Plano de Trabalho;
- IV - relatório da execuo físico-financeiro, evidenciando as etapas físicas e os valores correspondentes à conta de cada partícipe;
- V - demonstrativo da execuo da receita e da despesa do convênio;
- VI - relao de pagamentos, evidenciando o nome do credor, o número e valor do documento fiscal e/ou equivalente, em ordem cronológica e classificados em materiais e serviços, acompanhados das respectivas notas fiscais e recibos, na via original;
- VII - relao dos bens adquiridos, produzidos ou construídos à conta do convênio, indicando o seu destino final, quando estabelecido no convênio, se houver;
- VIII - extrato de conta bancária vinculada, desde o recebimento do primeiro depósito até o último pagamento, a movimento dos rendimentos auferidos da aplicao financeira e a respectiva conciliao bancária, se houver;
- IX - demonstrativo do resultado das aplicaes financeiras que se adicionarem aos recursos iniciais com os respectivos documentos comprobatórios, se houver;
- X - comprovantes de recolhimento dos saldos não utilizados, inclusive rendimentos financeiros,  conta do erário municipal;
- XI - outros documentos expressamente previstos no termo de convênio.

Parágrafo nico. Caberá  Secretaria Municipal da Educao e Cultura a análise e julgamento da prestao de contas.

CAPÍTULO IV DO PATROCÍNIO PRIVADO A EVENTOS PÚBLICOS

Art. 12. Os eventos culturais de interesse público, realizados pelo Município poderão receber patrocínio de pessoas jurídicas de direito privado.



**CAPÍTULO V
DAS DISPOSIOES GERAIS**

Art. 13. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotaoes consignadas na Lei orçamentária anual.

1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR
rgo: 03 SEC MUNIC. DE EDUCAÇAO E CULTURA
Unidade: 10 CULTURA
13.392.0022.2.022 MANUTENÇAO DA CULTURA
3.3.50.43.00.00 - Subvenoes Sociais
Fonte de Recurso:(0110) - Tesouro

Art. 14. O Poder Executivo regulamentar esta Lei, no que couber.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicaao, retroagindo seus efeitos a 1o de julho de 2022.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

PUBLICADA, REGISTRADA E AFIXADA NO PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.


JURACY COSTA DA SILVA
Prefeito municipal


AILTON APARECIDO DA SILVA
Secretário Municipal de Administraao